



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico Judiciário

Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo P14, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 12 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Em março de 1957 foi assinado o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Européia. Os seis países fundadores – Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos – deram início, naquele momento, ao processo de integração européia.

A integração européia representa o inédito na vida internacional. É uma resposta historicamente distinta de qualquer outra no trato dos três conhecidos problemas inerentes à dinâmica do funcionamento do sistema internacional, no qual paz e guerra se alternam. Com efeito, a Europa que se constituiu a partir do Tratado de Roma logrou: 1) captar e levar adiante o interesse comum; 2) administrar as desigualdades do poder; e 3) mediar e dirimir pacificamente controvérsias e conflitos de valores.

O encaminhamento desses problemas se deu por processos voluntários entre países vizinhos e soberanos que tinham um passado de tensões e guerras. Não foi, assim, uma integração por imposição hegemônica como a seu tempo na Europa cogitaram Carlos Magno, Felipe II, Napoleão e Hitler. Correspondeu ao conjunto de aspirações do europeísmo voltado para promover uma Europa unida, respeitadora de todos os seus Estados, povos e indivíduos.

Conceberam [os fundadores] uma inovação revolucionária que operou numa moldura propícia a incessantes pequenas rupturas. Estas são o fruto de mecanismos de permanentes negociações intergovernamentais instigadoras do abandono de um destino nacional solitário em prol de um destino compartilhado. O que é atualmente a União Européia resulta de dois processos destas incessantes rupturas – o alargamento e o aprofundamento – no âmbito dos quais a associação de múltiplos interesses econômicos e políticos vem edificando um destino comum.

Este destino comum se expressa, como diz Felix Peña, por meio de normas, de redes e de símbolos. Por isso vai além da fusão dos mercados nacionais num mercado único, cabendo lembrar que todos os cidadãos dos Estados membros têm, além da cidadania originária, a cidadania da União Européia, com seus direitos no espaço comum.

É certo que atualmente a União Européia enfrenta dilemas para levar adiante o seu processo e digerir o que já logrou, num mundo que é muito diferente do de 1957. Entretanto, o fato é que a experiência européia na construção da paz e da prosperidade regida pelo Direito é, para falar com Kant, um sinal da possibilidade do progresso humano. Daí a sua

dimensão exemplar de alcance geral que transcende a região, pois a Europa Comunitária tem sido, por obra de sua identidade política, também no plano geral, uma força em prol da paz, da diplomacia e do multilateralismo. Por isso pode ser classificada como um bem público internacional.

(Celso Lafer. *União Européia, 50 anos.* [trechos] **O Estado de S. Paulo**, A2, 15 de abril de 2007)

1. De acordo com o texto, é correto afirmar que:
 - (A) Carlos Magno, Felipe II, Napoleão e Hitler foram líderes importantíssimos em sua época, exercendo papel pioneiro na configuração atual de uma Europa Comunitária.
 - (B) a *integração européia* se constituiu numa forma de solucionar problemas entre vizinhos, porém permanecem tensões inevitáveis entre alguns países, na defesa dos direitos de seus cidadãos.
 - (C) as *negociações intergovernamentais* ainda permanecem sujeitas a desacordos entre países vizinhos, que não abrem mão de sua soberania política e econômica.
 - (D) a opinião do autor de que uma Europa Comunitária é *um bem público internacional* está sustentada numa afirmativa de Kant.
 - (E) as *incessantes rupturas* diplomáticas entre países europeus, assinalando os constantes desentendimentos entre eles, são obstáculo para a consecução dos ideais que nortearam a formação da União Européia.

2. A idéia contida no 5º parágrafo do texto está corretamente sintetizada, com outras palavras, em:
 - (A) A comunidade constituída pelos Estados membros tem objetivos econômicos, na fusão de todos em um mercado único, que garante os direitos originais de cidadania em cada Estado.
 - (B) As normas, redes e símbolos comerciais atribuem à União Européia um valor econômico bem acima daquele que seria possível originariamente a cada um dos Estados membros e a seus cidadãos.
 - (C) Nem sempre a fusão dos Estados, com suas normas, redes e símbolos nacionais, é feita de modo a assegurar o respeito aos valores originários de cada nação e de seus cidadãos.
 - (D) Interesses econômicos, na união dos Estados membros, são superiores a todas as demais condições necessárias à garantia de direitos originários de cada um de seus membros, superando o interesse comum.
 - (E) Há uma estrutura, apoiada em leis e em símbolos comuns, além dos interesses apenas econômicos, que confere aos cidadãos direitos comuns, assim como os específicos de sua origem.

<p>3. A afirmativa INCORRETA, em relação ao texto, é:</p> <p>(A) O 1º parágrafo expõe, de forma clara e objetiva, e com intenção informativa, um fato histórico ocorrido há cinquenta anos.</p> <p>(B) O 2º parágrafo aponta a opinião do autor do texto a respeito do fato referido anteriormente.</p> <p>(C) O 3º parágrafo, ao citar líderes reconhecidos da história europeia, contém a idéia principal do texto.</p> <p>(D) O 5º parágrafo retoma uma expressão empregada no parágrafo anterior, desenvolvendo seu sentido.</p> <p>(E) O último parágrafo conclui a exposição, de forma coerente, ao reforçar a importância da União Europeia, apesar de impasses que precisam ser solucionados.</p>	<p>6. ... <i>logrou</i>: 1) captar e levar adiante o interesse comum; 2) administrar as desigualdades do poder; e 3) mediar e dirimir pacificamente controvérsias e conflitos de valores. (2º parágrafo)</p> <p>Os dois-pontos introduzem, considerando-se o contexto,</p> <p>(A) citação exata de anotações em documentos referentes ao assunto.</p> <p>(B) segmento enumerativo e explicativo, importante para dar continuidade à explanação das idéias.</p> <p>(C) repetição, com detalhes necessários, de um dado anteriormente apontado.</p> <p>(D) gradação na seqüência dos itens, para assinalar a importância maior do seguinte em relação ao anterior.</p> <p>(E) condição importante no desenvolvimento, como justificativa das medidas citadas anteriormente.</p>
<p>4. <u>Por isso</u> pode ser classificada como um bem público internacional. (final do texto)</p> <p>A expressão grifada acima substitui corretamente, considerando-se o contexto, <i>Por ser</i></p> <p>(A) <i>um mundo que é muito diferente do de 1957...</i></p> <p>(B) <i>a experiência europeia na construção da paz e da prosperidade...</i></p> <p>(C) <i>um sinal da possibilidade do progresso humano...</i></p> <p>(D) <i>uma força em prol da paz, da diplomacia e do multilateralismo...</i></p> <p>(E) <i>um bem público internacional...</i></p>	<p>7. ... <i>mediar e dirimir pacificamente controvérsias e conflitos de valores</i>. (2º parágrafo)</p> <p>A importância das ações salientadas acima, considerando-se o contexto, está no fato de que</p> <p>(A) a alternância entre paz e guerra é inerente a um processo de fusão política e econômica entre nações soberanas.</p> <p>(B) os valores básicos de cada nação devem ser integralmente respeitados pelas demais, para evitar tensões e guerras entre vizinhos.</p> <p>(C) a dinâmica do sistema internacional somente se torna possível com a alternância entre períodos de paz e tempos de guerra.</p> <p>(D) a hegemonia econômica e política de um bloco de nações anula, obrigatoriamente, os valores originários de cada uma delas.</p> <p>(E) o processo de integração ocorreu voluntariamente entre nações que registram tensões e guerras em sua história.</p>
<p>5. Ao considerar <i>um sinal da possibilidade do progresso humano</i> (último parágrafo), o articulista</p> <p>(A) crê na capacidade de solução dos problemas remanescentes e dos que estão surgindo, em função da experiência adquirida pela Comunidade Europeia.</p> <p>(B) aposta na consecução do objetivo político da União Europeia de abranger todas as nações, mesmo aquelas que não fazem parte da Europa, na defesa do multilateralismo.</p> <p>(C) reconhece certas restrições às normas diplomáticas, que até o momento ainda não conseguiram solucionar problemas inerentes à união de nações tão diversas.</p> <p>(D) pressupõe a existência de uma integração real e eficaz entre as nações de todo o planeta, abrangidas por uma extensão da Comunidade Europeia.</p> <p>(E) mantém-se na incerteza de que seja possível haver uma real integração entre nações, por ser o mundo atual muito diferente daquele em que esse processo teve início.</p>	<p>8. Considere os verbos <i>captar</i>, <i>administrar</i>, <i>mediar</i> e <i>dirimir</i>, que se encontram no segmento transcrito na questão de número 6.</p> <p>O verbo que exige o mesmo tipo de complemento de todos eles está na frase:</p> <p>(A) <i>O encaminhamento desses problemas se deu por processos voluntários...</i></p> <p>(B) <i>... que tinham um passado de tensões e guerras.</i></p> <p>(C) <i>Correspondeu ao conjunto de aspirações do europeísmo...</i></p> <p>(D) <i>... que operou numa moldura propícia a incessantes pequenas rupturas.</i></p> <p>(E) <i>Estas são o fruto de mecanismos de permanentes negociações intergovernamentais ...</i></p>

9. A *integração europeia* representa o inédito na vida internacional. (2º parágrafo)

O mesmo sentido da expressão grifada acima surge, no contexto, em:

- (A) a *Comunidade Econômica Europeia*.
- (B) [o] *processo de integração europeia*.
- (C) *uma resposta historicamente distinta de qualquer outra*.
- (D) [o] *trato dos três conhecidos problemas*.
- (E) [a] *dinâmica do funcionamento do sistema internacional*.

10. *Estas são o fruto de mecanismos de permanentes negociações intergovernamentais instigadoras do abandono de um destino nacional solitário em prol de um destino compartilhado*.

O segmento grifado na afirmativa acima, transcrita do 4º parágrafo, tem seu sentido original reproduzido, com outras palavras, em:

- (A) que abandonaram as nações isoladas em seu ideal, evitando um objetivo comum em seus mecanismos.
- (B) que semeiam discordância em nações isoladas, como meio de compartilhar possíveis interesses comuns.
- (C) que provocam a solidão de determinadas nações, tendo em vista o processo de união das demais.
- (D) que defendem a substituição de uma visão nacional particular por uma reciprocidade de interesses afins.
- (E) que priorizam a nacionalidade de cada um, em detrimento da comunidade, em seus interesses particulares.

11. Não foi, assim, uma *integração por imposição hegemônica* ...

A palavra grifada acima estabelece, no contexto, entre as afirmativas do 3º parágrafo, a noção de, com o sentido de

As lacunas estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por:

- (A) conclusão - portanto
- (B) tempo - desde que
- (C) finalidade - para que
- (D) comparação - desse modo
- (E) restrição - porém

12. A frase em que o verbo grifado está flexionado de modo INCORRETO é:

- (A) Embaixadores de países vizinhos mediavam as negociações de paz nas regiões em conflito.
- (B) O acordo entre as duas potências foi assinado após dirimirem os impasses políticos que dificultavam as negociações.
- (C) Autoridades envolvidas no processo de paz esperam que as negociações dêem resultados imediatos para toda a região.
- (D) Impõem-se, no acordo encaminhado voluntariamente, ações políticas e econômicas em prol do bem-estar geral.
- (E) Atualmente a União Europeia se constitue de 27 países membros, com a incorporação, inclusive, de nações do Leste Europeu.

Atenção: As questões de números 13 a 22 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

No cenário mais catastrófico do aquecimento global, traçado pelo cientista inglês James Lovelock, a humanidade precisaria migrar para os pólos e para o alto das montanhas, onde a neve e o gelo remanescentes garantiriam um clima mais frio no verão. Seria uma espécie de volta ao berço. Foi no clima rigoroso da última glaciação na Europa, que só terminou 11.500 anos atrás, que o homem moderno desenvolveu os conceitos de família, de religião e de convivência social, os alicerces da civilização atual. Sabe-se disso porque os homens da Idade do Gelo deixaram inúmeras evidências arqueológicas de uma revolução criativa, iniciada há mais de 30.000 anos.

Quando chegou à Europa, o homem era fisicamente igual a nós e vinha equipado com a capacidade de raciocínio abstrato, de linguagem e de cooperação social do homem moderno. Ocorre, contudo, que até a explosão criativa da Idade do Gelo não há provas arqueológicas daquilo que mais nos diferencia dos animais – a habilidade cognitiva e um comportamento condicionado por preocupações abstratas e simbólicas. De repente, 300 séculos atrás, essas provas surgem por toda parte na Europa. O mais exuberante registro do nascimento da arte são as pinturas nas cavernas. São cavalos, mamutes, renas, bisões, leões e uma infinidade de outros mamíferos. Há também muitas imagens de animais extintos. “Foi depois que o homem passou a representar o mundo por meio de símbolos que se abriram as portas para a criatividade ilimitada”, diz o Coordenador do Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos da Universidade de São Paulo.

Os Cro-magnon – como é chamado o antigo Homo sapiens europeu – foram a primeira sociedade humana que se sabe ter enterrado seus mortos com rituais. Junto aos corpos, eram colocados colares, armas, e outros objetos de uso cotidiano. Três corpos encontrados na Rússia vestiam túnicas

confeccionadas com mais de 3.000 peças feitas de marfim. Cada uma delas demorou pelo menos uma hora para ser produzida. A única explicação para tal comportamento é a crença de que seriam úteis na vida após a morte. São as provas mais antigas da existência de uma experiência religiosa. O exame de locais de acampamento revelou um padrão de fogueiras, sinal de organização social baseada na família. O homem da Idade do Gelo fazia arpones de chifre e há indícios de que tecia fibras vegetais para o vestuário. O fato é que eles costuravam suas roupas, como testemunham agulhas feitas de ossos. Sabe-se até que usavam sapatos. Não é sem razão que, quando a era glacial chegou ao fim, há 11.500 anos, estávamos equipados para conquistar o mundo. Hoje, somos todos descendentes desses criativos e habilidosos filhos da Idade do Gelo.

(Adaptado de Duda Teixeira. **Veja**, 11 de abril de 2007, p. 98-99)

13. De acordo com o texto,

- (A) a Europa foi o continente mais habitado desde o início do processo de evolução, há 30.000 anos, e seu território conserva provas arqueológicas de grande interesse científico na determinação de toda a história da humanidade.
- (B) agulhas feitas de ossos comprovam a capacidade criativa do homem pré-histórico e o desenvolvimento de certas habilidades que justificam seu predomínio sobre as outras espécies animais.
- (C) povos comerciantes, existentes desde o início da evolução, sobressaíram sobre as outras espécies no processo evolutivo, pois garantiam seu sustento de forma planejada e duradoura.
- (D) a explosão criativa ocorrida na Idade do Gelo, com o desenvolvimento da capacidade de abstração e do uso de símbolos representativos da realidade, possibilitou o nascimento da cultura humana.
- (E) o aquecimento global é uma catástrofe ambiental prevista, originando, em consequência, um clima semelhante ao que permitiu o desenvolvimento cultural da humanidade.

14. *Seria uma espécie de volta ao berço.* (1º parágrafo)

A frase acima significa, considerando-se o contexto,

- (A) a possibilidade de o homem moderno retornar ao meio ambiente que possibilitou o avanço da civilização.
- (B) um retrocesso que teria ocorrido, em uma determinada época, na evolução dos hábitos peculiares ao homem.
- (C) a valorização de atitudes que devem ser adotadas pelo homem moderno, no sentido de se evitarem catástrofes ambientais.
- (D) a recuperação do verdadeiro local de origem do homem pré-histórico, dentro do continente europeu.
- (E) o reconhecimento de que somente as características geográficas da Europa permitem prever a evolução da humanidade.

15. Identifica-se um fato que permite uma conclusão coerente, no contexto, respectivamente, entre:

- (A) estabelecimento do homem nos pólos e no alto das montanhas // final da era glacial.
- (B) raciocínio abstrato, linguagem e hábitos que caracterizam uma sociedade // chegada do homem à Europa.
- (C) rituais funerários praticados por nossos ancestrais // existência de uma crença religiosa.
- (D) cenário catastrófico do aquecimento global // sinais de diferenciação do homem em relação aos animais.
- (E) pinturas de animais em cavernas e vestígios de fogueiras em locais de acampamento // término da era glacial.

16. *Ocorre, contudo, que até a explosão criativa da Idade do Gelo não há provas arqueológicas daquilo que mais nos diferencia dos animais ...* (2º parágrafo)

A restrição imposta à frase anterior pelo vocábulo grifado acima

- (A) dá origem a dúvidas de que o homem já tivesse, realmente, capacidade de raciocínio e de vida social que o distinguiram das outras espécies animais.
- (B) questiona o fato de ter sido a chegada do homem à Europa que tenha dado margem a uma evolução mais rápida da capacidade cognitiva do homem.
- (C) busca indícios do desenvolvimento de uma linguagem, pois inexistem provas arqueológicas, considerando-se o fato de não haver escrita nessa época.
- (D) aceita a hipótese de que o homem ainda não havia evoluído suficientemente para ter uma forma de comunicação e uma vida organizada, nos grupos que então se formavam.
- (E) confirma o fato de que só após a era glacial há provas da existência de um pensamento abstrato, que possibilitou o uso de símbolos na interpretação da realidade.

17. O segmento do texto que está reproduzido com outras palavras, **sem alteração** do sentido original, é:

- (A) *inúmeras evidências arqueológicas* = arquitetura que parece desvendar mistérios do passado.
- (B) *vinha equipado com a capacidade de raciocínio abstrato* = já possuía condições de desenvolver um pensamento abstrato.
- (C) *O mais exuberante registro do nascimento da arte* = onde a arte surgiu com força e beleza.
- (D) *da existência de uma experiência religiosa* = em que houve fortalecimento do ímpeto religioso.
- (E) *organização social baseada na família* = o apoio familiar foi fundamental para a organização da sociedade.

18. ... a humanidade precisaria migrar para os pólos e para o alto das montanhas, onde a neve e o gelo remanescentes garantiriam um clima mais frio no verão. (1º parágrafo)

O emprego das formas verbais grifadas acima indica, considerando-se o contexto,

- (A) hipótese passível de ser realizada no futuro.
- (B) desejo de realização de um fato quase impossível.
- (C) situação dificilmente alcançável, no cenário traçado.
- (D) certeza da realização de uma ação, a depender de certa condição.
- (E) dúvida real, com base em fatos históricos.

19. Junto aos corpos, eram colocados colares, armas, e outros objetos de uso cotidiano. (3º parágrafo)

A mesma forma de flexão verbal, grifada acima, ocorre na frase:

- (A) ... e vinha equipado com a capacidade de raciocínio abstrato, de linguagem e de cooperação social do homem moderno.
- (B) ... que mais nos diferencia dos animais ...
- (C) ... que se sabe ter enterrado seus mortos com rituais.
- (D) ... demorou pelo menos uma hora para ser produzida.
- (E) ... de que seriam úteis na vida após a morte.

20. A frase em que a concordância verbo-nominal NÃO respeita a norma culta é:

- (A) O frio e o clima seco de montanha possibilitaram a conservação, de um modo admirável, de um corpo mumificado, assim como de seus objetos pessoais.
- (B) Os representantes do homem de Neandertal não deixou sinais evidentes de rituais que pudesse dar testemunho da criatividade característica da espécie humana.
- (C) O mais provável ponto de partida de nossos ancestrais parece ter sido o continente africano, habitado por um dos ramos extintos da evolução do homem.
- (D) Encontraram-se vestígios fósseis que comprovam a origem do homem de Cro-magnon bem distantes de seu local de origem.
- (E) A mais antiga múmia foi encontrada numa geleira dos Alpes, inteiramente preservada, até mesmo com roupas intactas.

21. ... a humanidade precisaria migrar para os pólos... (início do texto)

A mesma norma gramatical que justifica o acento gráfico no vocábulo grifado acima também está presente na palavra grifada em:

- (A) O mais provável ponto de partida da espécie humana está na África, continente que foi habitado pelo homem de Neandertal.
- (B) Múmias encontradas na Rússia foram datadas de 28.000 anos atrás e, por suas vestimentas, comprovam a existência de rituais fúnebres.
- (C) A descoberta de provas arqueológicas que atestam a evolução da espécie humana não pára, trazendo sempre novas luzes sobre o assunto.
- (D) O homem da Idade do Gelo usava sapatos, fato que é possível comprovar, pois os dedos menores dos pés dos esqueletos encontrados estão encolhidos.
- (E) Instrumentos musicais feitos há 32.000 anos evidenciam o fascínio que a música sempre exerceu sobre o homem, em toda a sua história.

22. Não há vestígios arqueológicos das vestes do homem da Idade do Gelo.

Há dificuldades para conhecer o modo de vida dos nossos antepassados.

Tecidos, peças de couro ou de fibras vegetais se desfazem com o tempo.

As frases acima estão corretamente articuladas em um único período, com clareza, correção e lógica, da seguinte maneira:

- (A) Como não há vestígios arqueológicos das vestes do homem da Idade do Gelo, onde existe dificuldades para conhecer o modo de vida dos nossos antepassados, pelo fato que tecidos, peças de couro ou de fibras vegetais se desfazem com o tempo.
- (B) Tecidos, peças de couro ou de fibras vegetais se desfazem com o tempo, não havendo, contudo, vestígios arqueológicos das vestes do homem da Idade do Gelo, com as dificuldades para conhecer o modo de vida dos nossos antepassados.
- (C) Não havendo vestígios arqueológicos das vestes do homem da Idade do Gelo, onde se encontra dificuldades de se conhecer o modo de vida dos nossos antepassados, sem que tecidos, peças de couro ou de fibras vegetais se desfazerem com o tempo.
- (D) Não há, contudo, vestígios arqueológicos das vestes do homem da Idade do Gelo, o que torna as dificuldades de conhecer o modo de vida dos nossos antepassados, desde que tecidos, peças de couro ou de fibras vegetais se desfazem com o tempo.
- (E) Uma das dificuldades para conhecer o modo de vida dos nossos antepassados é o fato de tecidos, peças de couro ou de fibras vegetais se desfazerem com o tempo, não havendo, portanto, vestígios arqueológicos das vestes do homem da Idade do Gelo.

Atenção: As questões de números 23 a 30 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Decorar e revestir o corpo com o objetivo de criar vínculos culturais e emotivos, assim como manifestar crenças e valores da civilização, sempre foram preocupações do homem ao longo de sua existência. O anseio em mostrar-se em sintonia com as novas tendências é uma necessidade histórica. O conceito de moda nasceu no final da Idade Média – período em que a forma de vestir ganhou relevância. O declínio do feudalismo e o desenvolvimento das cidades viram surgir uma nova classe social – a burguesia. Enriquecidos pelo comércio, os burgueses passaram a imitar as roupas de uso até então exclusivo da aristocracia.

A necessidade de diferenciação fez que os aristocratas se dedicassem a criar sempre novos trajes para distinguirem-se na aparência e hierarquia, impulsionando os primeiros movimentos da engrenagem: os nobres criavam e os burgueses copiavam. Esse sistema perdurou até o século XIX, quando a moda, pela primeira vez, enfrentou um processo de democratização, atingindo todas as classes sociais e ampliando o conceito aplicado até hoje – o de atender ao gosto e aos anseios de afirmação pessoal, além de expressar idéias e sentimentos.

O desejo de mostrar-se em sintonia com o novo ainda funciona como uma necessidade de demonstrar algum tipo de poder. "Após seis séculos, a moda continua servindo de recurso para ostentar riqueza. É a maneira que o ser humano encontrou de manifestar, por meio das roupas e acessórios, que pertence a uma classe social que o diferencia e individualiza", afirma a historiadora Kathia Castilho, professora de Moda.

Mas o que é moda? Um historiador britânico costuma dizer que moda significa muito mais do que a roupa em si. Funciona como o espelho das mudanças sociais e culturais da civilização. Acompanha, simboliza e retrata as transformações vividas pelo homem e pela sociedade ao longo dos séculos. Mais do que um desfile de tendências, revela uma linguagem não-verbal. Não é assunto exclusivo das elites; ao contrário, está muito mais próxima da vida real. No dia-a-dia das ruas, as pessoas identificam-se pelas roupas. Conseguem expressar idade, sexo, personalidade, classe social, gostos e até mesmo estado de humor graças à aparência.

*Para o filósofo francês Gilles Lipovetsky, autor de **O império do efêmero** – uma espécie de bíblia sobre o assunto –, a roupa perderá, com o passar do tempo, a herança adquirida na Idade Média, de transmitir visualmente a posição social do indivíduo, para tornar-se algo essencialmente prático. Ele aceita a presença de tecidos inteligentes – aqueles que permitem troca de calor, mantendo o corpo quente no frio e vice-versa, ou evitam bactérias. Mas faz algumas ressalvas. A reflexão fará diferença em um mundo onde a tecnologia imperará em todos os âmbitos da sociedade. A figura do estilista não desaparecerá, pelo contrário. Para Lipovetsky, a criatividade, as idéias e o saber serão "artigos de luxo". Este, aliás, um dos jargões preferidos do mundo da moda.*

(Adaptado de Mariana Kalil. **Superinteressante**, setembro 2003, p. 61-65)

23. Percebe-se claramente no texto que
- (A) a moda, apesar de sua valorização comercial no mundo moderno, reflete uma visão individualista da vida, por tratar-se de gosto bastante pessoal.
 - (B) a evolução no vestuário das pessoas nas diversas épocas da história da humanidade reflete o desenvolvimento cultural e social de cada uma delas.
 - (C) o hábito de cobrir o corpo surgiu muito cedo na história da humanidade, como consequência do aparecimento de valores religiosos nas sociedades primitivas.
 - (D) a imitação dos trajes usados pelos nobres impulsionou a nova classe social a uma atividade bastante lucrativa, com o comércio de roupas e de tecidos.
 - (E) o processo de democratização do gosto expresso no vestuário levou a uma perda do valor, atribuído à moda, de demonstrar gosto e afirmação pessoais.
-
24. *O anseio em mostrar-se em sintonia com as novas tendências é uma necessidade histórica.* (1º parágrafo)
- De acordo com o texto, a afirmativa acima faz sentido porque
- (A) a moda se preocupa sempre em imitar pessoas de maior poder na sociedade.
 - (B) o uso diferenciado de roupas dentro da moda denota gosto pessoal em seu grupo.
 - (C) a maneira de vestir-se surge como forma de demonstração de valores sociais.
 - (D) o conceito de moda é muito antigo, existente desde o início da evolução do homem.
 - (E) a vestimenta dos nobres motivou o comércio, meio de enriquecimento da burguesia.

25. ... período em que a forma de vestir ganhou relevância. (1º parágrafo)

Justifica-se a afirmativa acima por ter havido necessidade de

- (A) demonstração de poder e distinção da aristocracia no momento histórico do surgimento de uma nova classe social formada por ricos comerciantes.
- (B) fortalecimento dos laços sociais entre as duas classes então dominantes, aristocracia e burguesia, com o uso de roupas de gosto semelhante.
- (C) movimentação da riqueza acumulada pela burguesia, após o surgimento de hábitos mais requintados, e até mesmo luxuosos, da aristocracia.
- (D) reconhecimento do poder e do prestígio próprios da burguesia, com o uso de novidades que apareciam, trazidas pelo comércio.
- (E) emprego de recursos advindos de atividade comercial no vestuário que, na época, surgia como um bem a ser consumido por todas as classes sociais.

26. É correto afirmar que o texto aponta

- (A) discordância generalizada entre especialistas em história da moda sobre o fato de ser ainda hoje uma forma de afirmação pessoal.
- (B) opiniões opostas de dois estudiosos do mundo da moda – uma historiadora e um filósofo – em relação ao papel que ela desempenha.
- (C) necessidade de reavaliação dos ditames da moda atual, em que se perderam suas características de afirmação da classe social do indivíduo.
- (D) declínio da importância da moda como meio de valorização individual, num mundo essencialmente democrático.
- (E) alterações radicais no mundo da moda, em que a tecnologia acessível a todos ultrapassará a figura do estilista.

27. – uma espécie de bíblia sobre o assunto – (último parágrafo)

Em relação à frase transcrita acima, é correto afirmar que se trata de

- (A) um comentário que desvaloriza a importância do autor citado.
- (B) intenção de despertar maior interesse, ao relacionar moda e religião.
- (C) um fato que comprova o valor da moda desde os tempos mais antigos.
- (D) uma informação que transforma a moda em assunto quase religioso.
- (E) uma opinião, ao reconhecer o acentuado valor da obra citada.

28. Conseguem expressar idade, sexo, personalidade, classe social, gostos e até mesmo estado de humor graças à aparência. (4º parágrafo)

O segmento grifado acima está reescrito com outras palavras, **sem alterar** o sentido original, em:

- (A) devido ao modo de se mostrarem.
- (B) conquanto tenham um estilo gracioso.
- (C) para que se mostrem agradáveis.
- (D) caso se mostrem graciosos.
- (E) até mesmo sem intenção explícita.

29. Para Lipovetsky, a criatividade, as idéias e o saber serão "artigos de luxo". (final do texto)

As aspas

- I. conferem sentido especial à expressão no contexto, para valorizar a figura do estilista.
- II. identificam uma expressão inerente ao mundo da moda.
- III. assinalam emprego de expressão fora de contexto, por ser exemplo de gíria.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

30. ... que pertence a uma classe social que o diferencia e individualiza... (3º parágrafo)

O pronome grifado acima substitui corretamente, no contexto,

- (A) o novo.
- (B) o desejo.
- (C) o ser humano.
- (D) algum tipo de poder.
- (E) recurso para ostentar riqueza.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Na modalidade de licitação denominada pregão, nos termos da Lei nº 10.520/02, é

- (A) vedada a exigência de garantia de proposta e o prazo de sua validade será de sessenta dias, se não houver disposição em contrário no edital.
- (B) cabível a exigência de aquisição de edital como condição para participação no certame e o prazo de validade da proposta será de sessenta dias, se não houver disposição em contrário no edital.
- (C) vedada a exigência de garantia de proposta e o prazo de sua validade será de trinta dias, se não houver disposição em contrário no edital.
- (D) cabível exigir garantia da proposta e o prazo de sua validade será de trinta dias, se não houver disposição em contrário no edital.
- (E) vedada a exigência de aquisição de edital como condição para participação no certame e o prazo de sua validade da proposta será de trinta dias, se não houver disposição em contrário no edital.

32. Sobre o controle dos atos administrativos, pode-se afirmar que o ato editado com vício de legalidade

- (A) só pode ser anulado por decisão judicial em ação autônoma.
- (B) só pode ser anulado ou invalidado pela própria Administração Pública, pois só ela detém o poder de autotutela.
- (C) pode ser anulado ou invalidado pela própria Administração Pública, assim como pelo Poder Judiciário.
- (D) pode ser anulado pela própria Administração, desde que ocorra ratificação pelo Poder Judiciário.
- (E) não pode ser anulado pela Administração Pública, na hipótese de ter ele produzido efeito.

33. No que se refere a atos administrativos é INCORRETO afirmar que

- (A) a expedição de uma certidão pela Administração Pública pode ser caracterizada como um ato administrativo declaratório.
- (B) o ato administrativo complexo resulta da vontade de um único órgão, mas depende da verificação por parte de outro, para se tornar exigível.
- (C) a licença e a admissão são espécies de ato vinculado.
- (D) presunção de legitimidade e presunção de veracidade dos atos administrativos não possuem caráter absoluto.
- (E) denomina-se ato regulamentar ou geral aquele que alcança a todos que se encontrem na mesma situação abstrata prevista na sua edição e, portanto, não há destinatário determinado.

34. No que tange às normas relativas ao processo administrativo disciplinadas pela Lei nº 9.784/99, considere:

- I. Em regra, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dois dias, salvo motivo de força maior.
- II. Pode ser argüida a suspeição de autoridade que tenha amizade íntima notória com algum dos interessados ou com os respectivos parentes e afins até o terceiro grau.
- III. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.
- IV. O administrado tem o direito de prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

35. Quanto ao provimento de cargo público, prevê a Lei nº 8.112/90 que

- (A) só haverá posse nos casos de provimento de cargo por comissão.
- (B) a investidura em cargo público ocorrerá com a entrada em exercício, ainda que não tenha tomado posse.
- (C) o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- (D) é de trinta dias o prazo para o servidor nomeado em cargo público tomar posse, contados da data do início do seu exercício.
- (E) o exercício ocorrerá no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de nomeação.

36. Ao servidor público, nos termos da lei, é assegurado o direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de interesse ou interesse legítimo. Assim, é certo que dentre outras hipóteses o direito de requerer prescreve em

- (A) 1 ano, quanto aos atos que afetem interesse patrimonial.
- (B) 2 anos, quanto aos atos de cassação de aposentadoria.
- (C) 3 anos, quanto aos atos de demissão.
- (D) 4 anos, quanto aos atos que afetem créditos resultantes das relações de trabalho.
- (E) 5 anos, quanto aos atos de cassação de aposentadoria.

<p>37. No que concerne ao Tribunal Superior Eleitoral, é certo que</p> <p>(A) o Corregedor Eleitoral será necessariamente um Ministro do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) é composto por, no mínimo, nove membros, escolhidos por nomeação do Presidente da República.</p> <p>(C) é composto por, no mínimo, sete membros, todos escolhidos mediante eleição e voto secreto, e nomeados pelo Presidente da República.</p> <p>(D) suas decisões serão sempre irrecorríveis.</p> <p>(E) o seu Presidente será um dos Ministros do Supremo Tribunal Federal escolhido e nomeado pelo Presidente da República.</p>	<p>41. No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos é correto afirmar:</p> <p>(A) São assegurados, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.</p> <p>(B) Conceder-se-á <i>habeas data</i> para assegurar o conhecimento de informações relativas a pessoa do impetrante ou de terceiros, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.</p> <p>(C) A criação de cooperativas, na forma da lei, independe de autorização, sendo assegurada a interferência estatal em seu funcionamento.</p> <p>(D) São a todos assegurados, mediante o pagamento de taxas a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.</p> <p>(E) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes ou depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.</p>
<p>38. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre</p> <p>(A) registros públicos.</p> <p>(B) comércio exterior e interestadual.</p> <p>(C) propaganda comercial.</p> <p>(D) sistemas de consórcios e sorteios.</p> <p>(E) produção e consumo.</p>	<p>42. Considere as assertivas a respeito de empregado e empregador.</p> <p>I. Empregado é toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>II. Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.</p> <p>III. Equiparam-se ao empregador para efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência e as associações recreativas.</p> <p>IV. Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>39. Considere as assertivas sobre o Processo Legislativo.</p> <p>I. A Constituição pode ser emendada, dentre outras hipóteses, mediante proposta de no mínimo metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.</p> <p>II. A matéria constante de proposta de emenda havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.</p> <p>III. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a partidos políticos e direito eleitoral.</p> <p>IV. Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.</p> <p>De acordo com a Constituição Federal de 1988 está, correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>43. Após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de</p> <p>(A) 28 dias corridos, quando houver tido de 6 a 14 faltas injustificadas.</p> <p>(B) 24 dias corridos, quando houver tido de 6 a 14 faltas injustificadas.</p> <p>(C) 18 dias corridos quando houver tido de 6 a 14 faltas injustificadas.</p> <p>(D) 18 dias corridos quando houver tido de 24 a 32 faltas injustificadas.</p> <p>(E) 15 dias corridos quando houver tido de 24 a 32 faltas injustificadas.</p>
<p>40. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução. Dentre as pessoas indicadas abaixo NÃO poderá fazer parte do Conselho Nacional de Justiça:</p> <p>(A) Juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) Juiz do Tribunal Regional Federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) Juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(D) Membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.</p> <p>(E) Juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.</p>	

<p>44. Com relação a jornada de trabalho é correto afirmar:</p> <p>(A) Os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, deverão observar a jornada de trabalho não excedente de oito horas diárias ou quarenta e quatro horas semanais.</p> <p>(B) Serão computadas como jornada extraordinária as variações de horário de ponto, não excedentes de três minutos, observado o limite máximo de 20 minutos diários.</p> <p>(C) Em regra, o tempo despendido pelo empregado até o local do trabalho e para seu retorno, por qualquer meio de transporte será computado como jornada de trabalho.</p> <p>(D) A duração normal de trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de três, mediante acordo escrito entre empregador e empregado.</p> <p>(E) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.</p>	<p>47. Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo. Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito</p> <p>(A) desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado.</p> <p>(B) independentemente dessa possibilidade ter sido acordada, desde que haja ocorrência de culpa ou dolo do empregado e desde que o desconto não ultrapasse 15% do salário do obreiro.</p> <p>(C) desde que essa possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de culpa ou dolo do empregado, sendo o desconto permitido de no máximo 10% do salário do obreiro.</p> <p>(D) independentemente dessa possibilidade ter sido acordada, desde que haja ocorrência de dolo ou culpa do empregado, não havendo limite para o desconto.</p> <p>(E) independentemente dessa possibilidade ter sido acordada, desde que haja ocorrência de culpa ou dolo do empregado e desde que o desconto não ultrapasse 10% do salário do obreiro.</p>
<p>45. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em regra, não excedendo de seis horas o trabalho contínuo, será obrigatório um intervalo de</p> <p>(A) 25 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas.</p> <p>(B) 20 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas.</p> <p>(C) 20 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 2 horas.</p> <p>(D) 15 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 2 horas.</p> <p>(E) 15 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas.</p>	<p>48. Maria celebrou contrato de trabalho por prazo determinado com a empresa X uma vez que a natureza do serviço justificava a predeterminação do prazo e João celebrou contrato de experiência com a empresa Y. Neste caso, o contrato de trabalho de Maria</p> <p>(A) e de João não poderão ser estipulados por mais de 90 dias.</p> <p>(B) não poderá ser estipulado por mais de 1 ano e o de João por mais de 90 dias.</p> <p>(C) não poderá ser estipulado por mais de 2 anos e o de João por mais de 60 dias.</p> <p>(D) não poderá ser estipulado por mais de 2 anos e o de João por mais de 90 dias.</p> <p>(E) e de João não poderão ser estipulados por mais de 1 ano.</p>
<p>46. Considere as assertivas a respeito das férias coletivas.</p> <p>I. Em regra, as férias coletivas poderão ser concedidas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 10 dias corridos.</p> <p>II. Os empregados contratados há menos de 12 meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.</p> <p>III. O empregador comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de 10 dias, datas de início e fim das férias coletivas.</p> <p>IV. Quando o número de empregados contemplados com as férias coletivas for superior a 200, a empresa poderá promover, mediante carimbo, a anotação da concessão das férias.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>49. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, quando o salário-mínimo mensal do empregado a comissão for integrado por parte fixa e parte variável, ser-lhe-á</p> <p>(A) garantido, somente em algumas hipóteses especificadas em lei, o salário-mínimo, vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.</p> <p>(B) sempre garantido o salário-mínimo, permitido, porém, o desconto em mês subsequente a título de compensação.</p> <p>(C) sempre garantido o salário-mínimo, vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.</p> <p>(D) garantido, somente em algumas hipóteses especificadas em lei, o salário-mínimo, permitido, porém, o desconto em mês subsequente a título de compensação.</p> <p>(E) garantido, em algumas hipóteses especificadas em lei, o salário-mínimo, permitido, porém, o desconto a partir do segundo mês subsequente a título de compensação.</p>

<p>50. A respeito da prova testemunhal, considere:</p> <p>I. As testemunhas sofrerão desconto pelas faltas ao serviço ocasionadas pelo seu comparecimento para depor quando tiverem sido arroladas para a audiência, mas forem dispensadas em razão de acordo.</p> <p>II. O juiz providenciará para que o depoimento de uma testemunha não seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.</p> <p>III. Em regra, cada uma das partes poderá indicar até três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado para seis.</p> <p>IV. A testemunha que for parente em terceiro grau civil de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III. (B) II, III e IV. (C) II e IV. (D) I, II e IV. (E) I e III.</p>	<p>54. Proferida a decisão, os evidentes erros de cálculo dela constantes, antes da execução, poderão ser corrigidos</p> <p>(A) somente pela Procuradoria da Justiça do Trabalho. (B) somente a requerimento das partes. (C) apenas pela superior instância, se houver recurso. (D) pela secretaria do juízo. (E) pelo juiz <i>ex officio</i>.</p>
<p>51. O NÃO comparecimento do reclamante à audiência, sem motivo relevante, implica</p> <p>(A) no arquivamento da reclamação. (B) no prosseguimento da reclamação, com a presença de seu advogado. (C) na designação de nova audiência, sem qualquer sanção. (D) na designação de nova audiência, com imposição de multa. (E) no julgamento imediato em favor do reclamado.</p>	<p>55. O procedimento sumaríssimo no processo trabalhista, previsto pela Lei nº 9.957/2000, será adotado nos dissídios</p> <p>(A) coletivos, cujo valor não exceda a trinta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento. (B) individuais em que for parte a Administração Pública direta. (C) individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação. (D) individuais ajuizados contra autarquia ou fundação mantida pelo poder público. (E) individuais que, independentemente de valor, tenham pedido certo ou determinado.</p>
<p>52. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, nos dissídios individuais, a reclamação poderá ser apresentada pelos empregados</p> <p>(A) somente através de advogado ou do sindicato da classe. (B) somente através de advogado. (C) apenas por escrito. (D) pessoalmente. (E) através de qualquer colega de trabalho.</p>	<p>56. Para explicar a atividade financeira do Estado foram propostas diversas teorias, a exemplo daquela em que o Estado fundamenta essa atividade financeira no princípio da necessidade, ou seja, a necessidade do indivíduo é igual à necessidade do Estado. Nesse caso, é conhecida como teoria</p> <p>(A) da produção. (B) do consumo. (C) da troca. (D) da utilidade relativa. (E) do sistema de preços.</p>
<p>53. Das decisões definitivas das Varas do Trabalho, pode ser interposto para a instância superior</p> <p>(A) recurso extraordinário e de revista. (B) recurso ordinário. (C) recurso de revista. (D) agravo de petição. (E) agravo de instrumento.</p>	<p>57. É certo que, dentre a classificação de receitas por fontes, as receitas correntes podem ser transferências correntes, que por sua vez são provenientes de</p> <p>(A) multas, contribuições, cobranças da dívida ativa e outras receitas diversas. (B) impostos, taxas, contribuições de melhoria e outras modalidades de tributos. (C) ingressos imobiliários, de valores mobiliários, participações e dividendos. (D) realização de serviços materiais, intelectuais e de outras receitas de natureza industrial. (E) operações e crédito, alienação de bens móveis e imóveis e amortizações de empréstimos concedidos.</p>

58. No que se refere à classificação de despesa pública, quanto à sua duração, considere:

- I. Aquela que pode ocorrer, mas que o Estado não sabe quando ocorrerá, por isso deixa de constar do orçamento, a exemplo de uma desapropriação, denomina-se despesa especial.
- II. Aquela considerada comum, ou seja, a constante do orçamento, a exemplo do pagamento de servidores aposentados, denomina-se despesa ordinária.
- III. Aquela de natureza excepcional, decorrentes de situações imprevisíveis, mas constante do orçamento, a exemplo da situação de guerra, denomina-se despesa de custeio.

Nesses casos, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

59. Em matéria de crédito público é correto afirmar:

- (A) O Estado utiliza o empréstimo sempre com o objetivo de atender certas atividades, sem necessidade de assumir a dívida pública.
- (B) A captação de empréstimo, decorrente do uso do crédito público, só será possível ao Estado quando o investidor for nacional.
- (C) Sua natureza é contratual quando o Estado utilizando-se de sua soberania arrecada empréstimo unilateralmente.
- (D) A captação de empréstimo pelo Estado é um ato excepcional e independe da confiança do investidor.
- (E) Na captação de empréstimo o Estado pode procurar tanto o investidor nacional como o estrangeiro.

60. No que diz respeito aos limites da dívida pública, é correto afirmar que

- (A) as propostas que estabelecem limites para o montante da dívida pública mobiliária federal dispensam a metodologia de apuração dos resultados primário e nominal.
- (B) a alteração dos fundamentos das propostas dos limites globais para o montante da dívida consolidada, em razão de instabilidade econômica, impede a solicitação de revisão dos limites.
- (C) os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.
- (D) para os fins de verificação do atendimento do limite constante das propostas encaminhadas ao Poder Legislativo, a apuração do montante da dívida consolidada será efetivada ao final de cada ano.
- (E) na proposta de limite global para o montante da dívida consolidada do Poder Público, é possível a aplicação de limites diferenciados a todos os entes da Federação, constituindo, para cada um deles, limites mínimos.